

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.277.300 - RS (2018/0084683-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : CARLA LIGÓRIO DA SILVA E OUTRO(S) - RS050948  
RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A  
**AGRAVADO** : ALCIDES MARCANTE - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : TEREZINHA MARCANTE  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO SOZO - RS010664  
ISRAEL VANNINI - RS062333  
ABEL DE BASTIANI - RS090007

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pela Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, relativamente ao recurso especial apresentado: *i*) **negou-lhe seguimento** quanto às questões da eficácia territorial da sentença coletiva e do termo inicial dos juros moratórios, com base na conformidade do acórdão recorrido com as teses firmadas nos julgamentos dos recursos repetitivos REsp 1.391.198/RS (Temas 723 e 724) e 1.370.899/SP e 1.361.800/SP (Tema 685); e *ii*) **inadmitiu-o** no tocante à necessidade de prévia liquidação da sentença, com base na Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 224-232).

Nas razões do presente agravo (e-STJ, fls. 237-269), a parte agravante se insurge contra a negativa de seguimento do recurso especial em recurso dirigido ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015.

Contraminuta apresentada às fls. 327-331 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Como visto, trata-se de **agravo interno** dirigido ao Tribunal de origem e interposto, com base no do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, contra a denegação de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e publicada em 27/10/2017, após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016).

Cumprе destacar que a parte recorrente aparentemente se utilizou do recurso cabível e o endereçou ao órgão jurisdicional competente, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo, Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Entretanto, observa-se que a petição recursal foi erroneamente cadastrada naquele Tribunal como **agravo em recurso especial** (e-STJ, fls. 314-322) e, por isso, os autos remetidos à esta instância.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial e **determino** o retorno dos autos ao Tribunal de origem para a sua **apreciação como agravo interno**.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator